

**O CICLO VITAL ANTE O DOCUMENTO DIGITAL:
O MODELO RECORDS CONTINUUM COMO RECURSO DE ELUCIDAÇÃO
THE LIFE CYCLE BEFORE THE DIGITAL RECORD:
THE RECORDS CONTINUUM MODEL AS AN ELUCIDATING RESOURCE**

CÁSSIO MURILO ALVES COSTA FILHO | Mestre em Ciência da Informação e Bacharel em Arquivologia pela Universidade de Brasília (UnB). Analista de Administração Pública do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF).

RESUMO

Analisa o surgimento e a consolidação do conceito de ciclo vital dos documentos na arquivologia, sua aplicação e limitações ante a gestão de documentos digitais, e propõe a utilização do modelo *records continuum* como instrumento de elucidação, sobretudo no que se refere aos seus múltiplos propósitos, seu caráter espaço-temporal e o uso do valor contínuo.

Palavras-chave: ciclo vital dos documentos; teoria das três idades; gestão de documentos; arquivologia.

ABSTRACT

It analyses the arisen and integration of records life cycle concept in Archival Science, its application and limitations before the management of electronic records and proposes the use of records continuum model as an instrument of clarification, especially in what refers to its many purposes, its space-time nature and the use of continuous value.

Keywords: records life cycle; three ages of archives; records management; archival science.

RESUMEN

Analisa el contexto de aparición y consolidación de lo concepto de ciclo vital de los documentos en archivología, su aplicación y limitaciones en la gestión de documentos electrónicos y propones la utilización de lo modelo *records continuum* como instrumento de elucidación, notadamente en lo que se refiere a sus múltiples propósitos, su carácter espacio-temporal y lo uso de lo valor continuo.

Palabras clave: ciclo vital de los documentos; teoría de las tres edades; gestión de los documentos de archivo; archivología.

INTRODUÇÃO

O conceito de ciclo vital dos documentos surgiu como solução para a administração do grande volume de documentos que passou a ser produzido no período pós-Segunda Guerra nos Estados Unidos da América. Couture e Rousseau (1998) consideram que este ciclo, tal como a noção de fundo ou princípio da proveniência, integra as bases em que assenta arquivologia contemporânea. No mesmo sentido, o espanhol Cruz Mundet (2011) compreende que a sua introdução fez criar um novo paradigma para a arquivologia contemporânea, de enorme influência em nossos dias.

Ainda que consistindo em um dos conceitos fundamentais da disciplina, conforme previamente apercebido, verificou-se o surgimento de questionamentos quanto à noção “estática” do documento, sobretudo em virtude do despontamento de novas perspectivas impelidas pelos documentos digitais. Após os anos 90 do século passado, novas formas de produção e uso da informação arquivística provocaram questões na área, conforme destacado por Jardim (2012). Tal contexto fez a arquivologia se voltar para os documentos digitais, o que exigiu novas soluções quanto ao seu tratamento.

Quanto à definição de ciclo vital dos documentos, este passa a receber críticas em relação à restrição imposta pela divisão em fases ou idades, ao grande enfoque nos documentos como entidades físicas e nas tarefas operacionais, aspectos que se tornam irrelevantes com a perspectiva dos documentos digitais (Cruz Mundet, 2011). Rousseau e Couture (1998) ressaltam que as etapas de traslado até a destinação final não são distintas, engessadas e sem ligação.

Com base no exposto, entendemos como necessária a compreensão de quais são as possíveis limitações do ciclo vital ante as diversas possibilidades de criação, uso, manutenção e disseminação de documentos digitais. Além disso, utilizaremos as perspectivas do modelo australiano *records continuum* como instrumento de elucidação de tais limitações.

SURGIMENTO, CONSOLIDAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DO CONCEITO DE CICLO VITAL DOS DOCUMENTOS

Constatamos, conforme Costa Filho (2016), uma série de controvérsias no que se refere ao surgimento do conceito e aos responsáveis por sua institucionalização e disseminação. Diversas análises – inclusive a nossa – apontam que o marco para a enunciação de um ciclo vital foi a apresentação do artigo *What records shall we preserve?* por Philip C. Brooks em uma reunião da Society of American Archivists na cidade de Washington, em abril de 1940. Em seguida, tem-se o artigo intitulado *Selection of records for preservation*, publicado no periódico *The American Archivist*, também em 1940. Nesses trabalhos, Brooks fez, pela primeira vez, a analogia do processo de gestão de documentos à vida de um “organismo biológico”.

O período pós-guerra foi de extrema importância para o desenvolvimento das ideias relacionadas ao conceito de ciclo vital dos documentos. Houve, nessa época, a criação do

primeiro *record center* nos Estados Unidos, fruto dos esforços de Emmet Leahy e Robert Bahmer. A relação entre a utilização de depósitos intermediários de arquivamento e o ciclo vital dos documentos está no estabelecimento de uma fase ou estágio em que os documentos são pouco utilizados por seus órgãos produtores e, devido a uma motivação econômica, já não necessitam ser mantidos próximos a estes para que aguardem sua destinação.

De fato, os eventos que mais propulsionaram a disseminação do conceito de ciclo vital dos documentos foram as duas comissões federais que tinham como objeto de análise a organização e a eficiência na gestão de documentos. A Commission on Organization of the Executive Branch of the Government, também conhecida como Comissão Hoover (Klumpenhouer, 1988), teve duas fases: a primeira, de 1947 a 1949; e a segunda, de 1953 a 1955.

No que concerne ao entendimento deste conceito, de ciclo vital dos documentos, a abordagem da teoria das três idades se faz primordial, tendo em vista a constante equivalência que é realizada entre as duas concepções. Em nossa pesquisa, constatamos que o primeiro teórico a fazer menção às “três idades”, no contexto da gestão de documentos arquivísticos, foi o francês Yves Pérotin, em 1961, no artigo intitulado *L'Administration et les "trois ages"*.¹ Quanto à influência da teoria das três idades na teoria e prática arquivística, podemos afirmar que essa é enorme. A sua popularidade é enfatizada por Rousseau e Couture (1998), quando afirmam que, nos locais onde os arquivos recebem um mínimo de atenção, geralmente isso é feito com base nas três idades documentais.

Com o objetivo de compreender se os conceitos são realmente equivalentes e sinônimos, como frequentemente são abordados, buscamos explorar estudos que explicitam as relações entre um e outro. Dentre estes, destacamos o entendimento de Rousseau e Couture (1998), que consideram as três idades períodos integrantes do ciclo de vida. Complementarmente, Santos (2011), ao analisar o ciclo vital dos documentos como uma importante contribuição à fundamentação teórica da arquivologia, ressalta que muitas vezes é possível observar na literatura a apresentação de uma relação de sinonímia entre o ciclo vital e a teoria das três idades. Corroborando o entendimento dos autores, adotamos o posicionamento de que as concepções, apesar de complementares, são distintas. A teoria das três idades consiste em uma interpretação da definição de ciclo vital, sobretudo no que concerne a uma tentativa de melhor aplicação prática.

O CICLO VITAL DOS DOCUMENTOS NO ÂMBITO DA ARQUIVOLOGIA

Com o intuito de situar a conceituação de ciclo vital dos documentos no âmbito da arquivologia, optamos pela utilização da proposta de Schmidt (2012), que tem embasamento nas compreensões e sistematizações dos mais relevantes teóricos da área. Schmidt (2012) define os períodos que integram a história da arquivologia: Arquivologia Clássica, Arquivologia Moderna e Arquivologia Contemporânea.

1 PEROTIN, Yves. *L'Administration et les "trois ages" des archives. Seine et Paris*, v. 20, 1961, p. 1-4.

Ater-nos-emos à fase denominado Arquivologia Moderna, cujo início ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, estendendo-se até o final da década de 1980, tendo como locais de maior distinção os Estados Unidos e a Austrália.

Nesse período, verifica-se, sobretudo nos Estados Unidos, o surgimento de abordagens que trazem à tona o *records management*, que redireciona o foco para a avaliação dos “documentos modernos”. Percebemos a emergência dos conceitos de *record group* e do ciclo vital dos documentos, a utilização de critérios para a estipulação de valores aos documentos e a consolidação do binômio *archives* e *records*, culminando, conseqüentemente, na secessão entre os profissionais *archivists* e *records managers*. Já na Austrália, destacam-se os trabalhos realizados por Ian Maclean no âmbito do Commonwealth Archives Office (CAO), em 1961, e pelo caráter contestador dos trabalhos de Peter J. Scott, articulador do *series system*.

Rousseau e Couture (1998) acham que a abordagem das três idades é um dos três princípios que integram o fundamento da disciplina arquivística, junto do princípio da territorialidade e o princípio do respeito aos fundos. Bellotto (1998) também considera o ciclo vital dos documentos como um dos princípios da arquivologia. Marques (2011) sobreleva a relevância da teoria das três idades, ao ressaltar o consenso teórico trazido para a área.

Nesse contexto, no que diz respeito a este ciclo, foi constatado por Costa Filho (2016) que: esse conceito, ou paradigma, perpassa um vultoso lapso temporal, perdurando resistente à ascensão de novos paradigmas, que, em alguns casos, atuam como um verdadeiro contraponto ao ciclo vital; e mesmo sob as tradições de vários países foi amplamente utilizado, difundido e interpretado, de modo a se condicionar especificamente a cada necessidade prática.

POSSÍVEIS LIMITAÇÕES DO CICLO VITAL DOS DOCUMENTOS ANTE A GESTÃO DE DOCUMENTOS DIGITAIS

Após serem amplamente utilizados ao longo de todo o período conhecido como Arquivologia Moderna e, não somente, integrando as bases da arquivologia tanto em seus aspectos teóricos quanto práticos até os dias de hoje, o conceito de ciclo vital dos documentos e a teoria das três idades passam a sofrer com incertezas e questionamentos no que se referem à sua integral aplicação às novas formas de produção, uso e disseminação de documentos, sobretudo no que tangem aos documentos digitais.

Importante observar que questionamentos quanto à validade do ciclo vital não surgiram durante a década de 1980, período marcado pelo início de grandes inovações tecnológicas, uma vez que verificamos um forte embate entre os *records managers* e os *archivists* desde os anos de 1940.

Fato novo, durante os decênios de 1970 e 1980, seria a análise quanto ao caráter fracionado e engessado do ciclo vital e da teoria das três idades que é reproduzido na gestão, em razão da limitação em fases ou idades e na específica definição dos procedimentos e operações vinculados a cada etapa. Aliado a isso, tem-se a tentativa de aplicação prática do conceito ao recente uso e tratamento dos documentos digitais, o que implica questionamen-

tos quanto à validade e às diversas proposições de soluções para os problemas advindos. Verificamos, nesse período, o surgimento de correntes compostas por teóricos de posições convergentes, sobretudo americanos, canadenses e australianos.

No Canadá, os primeiros estudos referentes ao impasse criado entre as abordagens focadas nos *records e archives* se iniciam da década de 1970. Luís Carlos Lopes (2009), um grande adepto das ideias dos teóricos do Canadá francês, afirma que os arquivistas de Québec ocupam lugar de realce nas discussões. Jean-Yves Rousseau e Carol Couture, ao analisarem o ciclo vital dos documentos, defendem uma “arquivística integrada”.

Além da abordagem integrada, destacam-se os trabalhos dos teóricos do Canadá inglês. Atherton (1985), ao analisar o novo contexto de produção e uso dos documentos digitais, reconhece que não é mais possível a separação em etapas devido à natureza e à volatilidade da informação registrada.

Dollar (1993) afirma que um dos efeitos da tecnologia da informação foi o redescobrimto da “área comum” de compartilhamento entre os *archivists* e o *records managers*. Tendo em vista essa separação profissional, Bearman (1996) considera que o ciclo vital dos documentos pode ser rejeitado, pois tem seu foco na custódia e nas operações técnicas e faz distinções desnecessárias entre *records e archives*. Bantin (1998) também entende a clara definição do que vai ser realizado e quem vai ser responsável durante cada fase, o que contribuiu para uma estrita demarcação profissional, sobretudo na América do Norte.

Conforme pesquisa de Costa Filho (2016), verificamos uma série de apontamentos quanto às possíveis limitações do ciclo vital dos documentos ante a gestão de documentos digitais na literatura arquivística internacional. De início, destacamos a consideração de Heredia Herrera (2013) sobre o tema, que se refere às três idades documentais, ao compreender que essas não coincidem com a vida dos documentos. A portuguesa Ribeiro (2002) entende que o ciclo vital não deve ser rompido. Para o canadense Dingwall (2010), que aborda as características dos documentos digitais, a forma e o conteúdo inerentemente maleáveis permitem que os procedimentos do ciclo vital – tais como criação, uso e manutenção – ocorram simultaneamente. O também canadense Couture (2015) direciona sua análise para a intervenção do arquivista, que, segundo sua compreensão, deve ocorrer no momento da produção documental. Caso não sejam registradas as decisões arquivísticas nos metadados, não mais conseguirá fazê-lo, devido à impossibilidade de recuperar uma realidade tão volátil.

Chell e Yousof (2000) destacam que o ciclo vital trata os documentos como objetos físicos e tem foco na sua custódia. Quando aplicado aos documentos digitais, o conceito torna-se inadequado, segundo autores, já que esses são intangíveis, dependentes de *hardware e software*, e podem se tornar obsoletos rapidamente. O canadense Caya (2004) corrobora essa posição, considerando que a fragilidade e a obsolescência dos suportes demandam intervenções regulares e planejadas, além da possibilidade de os *softwares* serem regular e frequentemente modificados e atualizados. Cruz Mundet (2011) notabiliza as principais críticas sofridas pelo ciclo vital: o fato de os documentos não morrerem; o rigor imposto pela divisão em três idades, que impede o retorno do documento para a fase inicial; e no foco demasiado

no documento como entidade física e nas tarefas operacionais, aspectos irrelevantes sob as perspectivas dos documentos digitais.

Tendo em vista os vários questionamentos e críticas sobre a validade do conceito de ciclo vital dos documentos apresentados, podemos sobrelevar as principais características que implicam em limitações ante a gestão de documentos digitais (Costa Filho, 2016). De acordo com o referencial utilizado, as principais limitações podem ser consideradas como:

- gestão fragmentada e linear pelo uso de estágios/fases/idades: a estrita delimitação das atividades dentro de cada fase limita a atuação do arquivista. Como exemplo prático, tal fato pode delimitar a possibilidade da utilização de metadados para a descrição de documentos, com o intuito de proporcionar acesso para fins de memória e *accountability*, ainda no uso administrativo do documento;
- foco na custódia física: constatamos que a volatilidade do documento arquivístico digital permite a utilização de outras formas de custódia, focadas na noção de documento como entidade lógica, em vez de física;
- procedimentos e operações baseados no tempo, diacronicamente: restringem as possibilidades de realização de atividades de gestão de modo simultâneo;
- estrita demarcação de responsabilidades: constatamos que o impacto da demarcação de responsabilidades foi maior no contexto dos países que possuem uma forte tradição de *records management*, como os Estados Unidos. A atuação de profissionais distintos – *records managers* e *archivists* – reforça o isolamento do uso administrativo e histórico dos documentos arquivísticos. Embora tenhamos, no Brasil, o mesmo profissional responsável por toda a gestão documental, vemos que o ciclo vital e a teoria das três idades são reproduzidos nas organizações, de modo que ocorra um distanciamento entre as atividades nos “arquivos correntes”, “arquivos intermediários” e “arquivos permanentes”;
- aplicação em organizações complexas: as novas formas de produção de documentos pelas organizações, muitas vezes interativa e colaborativa, e a dificuldade de aplicação das mesmas fases para as diferentes unidades organizacionais são fatores moderadores. Nesse aspecto, destacamos que a complexidade das organizações e sua consequente descentralização administrativa e territorial impactam na integração das atividades de gestão;
- valor primário ou secundário: os valores dos documentos são considerados de acordo com a fase ou idade em que estão associados, ou seja, embora se tenha a identificação de um documento de valor secundário em uso administrativo, o empreendimento de atividades típicas a esses documentos – como descrição e difusão – apenas ocorrerão após seu recolhimento para um arquivo permanente.

O MODELO RECORDS CONTINUUM

A abordagem assente no *continuum* surgiu na Austrália, na década de 1960, por intermédio dos esforços de Maclean, Scott e Penny, no âmbito do Commonwealth Archives Office (CAO (Costa Filho, 2016). Nos anos de 1990, verificamos o renascimento dessa abordagem, vigorosamente impulsionada, em parte, pelo advento da gestão de documentos digitais.

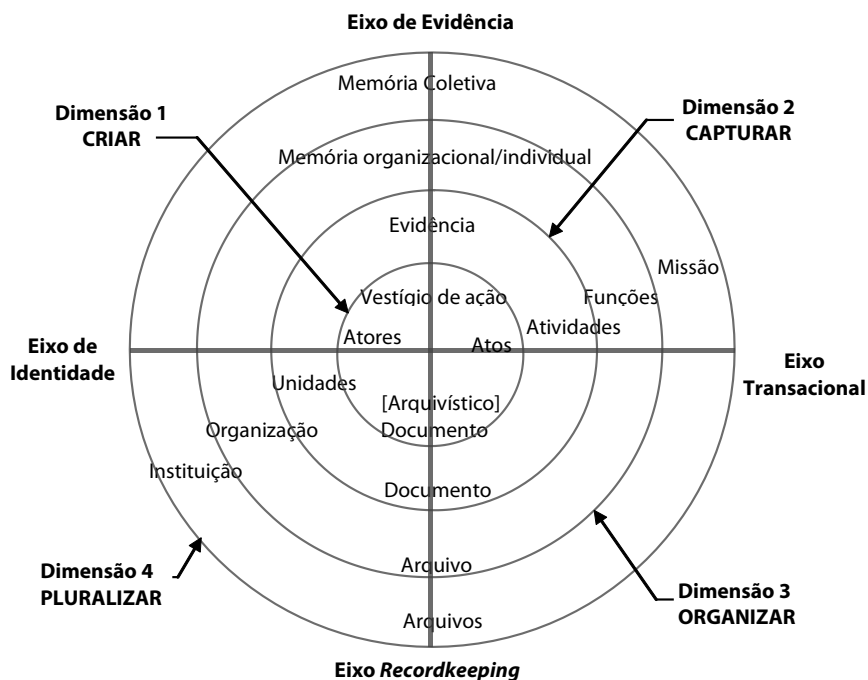
O modelo *records continuum* foi articulado pelo australiano Frank Upward e apresentado à comunidade arquivística por meio da publicação da série de artigos *Structuring the records continuum* em 1996 e 1997, no periódico *Archives and Manuscripts*. Nesses artigos, Upward apresenta as bases e fundamentos teóricos do modelo, que estão intimamente associados à Teoria da Estruturação e de distanciamento entre espaço e tempo do sociólogo Anthony Giddens e ao Pós-Custodialismo. Com base nas referidas ideias, Upward (1996) apresenta os princípios estruturais do *records continuum*:

- um conceito que é inclusivo quanto aos documentos de valor contínuo, que reforça seu uso para propósitos transacionais, comprobatórios e de memória, e que unifica abordagens para arquivamento/manutenção de documentos, se são mantidos por uma fração de segundo ou um milênio;
- um foco nos documentos como entidades lógicas, em vez de físicas, independentemente se estes estão contidos em papéis ou em formas eletrônicas;
- a institucionalização do papel da profissão de arquivista requer uma ênfase particular sobre a necessidade de integrar o *recordkeeping* aos processos e finalidades sociais e administrativos;
- a arquivologia é a base para a organização do conhecimento sobre o *recordkeeping*.

Upward (1996) apresenta as propriedades do *records continuum* por meio de uma representação constituída de eixos, coordenadas e dimensões (Figura 1). Os quatro eixos, que sintetizam grandes temas da arquivologia: identidade, evidência, transação e *recordkeeping*, apresentam coordenadas que se vinculam por meio de dimensões, representadas no modelo, mediante círculos concêntricos.

Apresentamos uma síntese de nosso entendimento quanto aos eixos e coordenadas do modelo *records continuum* por meio do quadro a seguir.

Figura 1 – Modelo Records Continuum



Fonte: Adaptado de Upward (1996).

Quadro 1 – Síntese do entendimento sobre os eixos e coordenadas do modelo records continuum

Eixos		Coordenadas	
Entidades	Definição	Elementos	Definição
Recordkeeping	Meios utilizados para o registro de informações	Documento	Representação de uma ação
	Sobre atividades humanas	Documento arquivístico	Documento orgânico que se liga a outros documentos e possui contexto de produção facilmente identificado
		Arquivo	Conjunto de documentos arquivísticos de uma instituição
		Arquivos	Documentos pertencentes a muitas instituições, seja pela transferência espacial ou temporal entre instituições

Eixos		Coordenadas	
Entidades	Definição	Elementos	Definição
Evidência	Vestígios de ações, evidências fornecidas por documentos e implicações exercidas na memória institucional e coletiva	Vestígio de ação	Os sistemas de <i>recordkeeping</i> controlam documentos como vestígios de uma ação
		Evidência	Os sistemas de <i>recordkeeping</i> agregam evidência aos documentos
		Memória institucional/ individual	Os sistemas de <i>recordkeeping</i> fornecem memória às instituições
		Memória coletiva	Os sistemas de <i>recordkeeping</i> fornecem memória coletiva
Transação	Registro de atividades desempenhadas para a condução de negócios	Ato	Subcategoria de atividade
		Atividades	Subcategoria de função. Meios para a condução de negócios. Criam relações entre os documentos
		Funções	Não especificado pelo autor
		Missão	Funções de uma instituição a partir de uma perspectiva social mais ampla
Identidade	Responsáveis pela produção e uso de documentos	Ator	Não especificado pelo autor
		Unidade	Unidade organizacional a qual o ator está associado. A unidade pode ser o próprio ator
		Organização	Entidade a qual a unidade organizacional está associada. A organização pode consistir em apenas um ator ou em uma unidade organizacional
		Instituição	Institucionalização da identidade dos demais elementos com amplo reconhecimento social

Fonte: Costa Filho (2016).

Em seguida, Upward (1996) apresenta o que denomina as dimensões do modelo, que correspondem à conexão das coordenadas presentes nos eixos. De acordo com Upward (1997), as dimensões são identificadas como: criação de documentos, captura de documentos, organização da memória pessoal e institucional, e pluralização da memória coletiva.

- Primeira dimensão – Criar: sistema de comunicação prévia para a criação de documentos no âmbito de sistemas eletrônicos (criar o vestígio);
- Segunda dimensão – Capturar: sistema de comunicação posterior, por exemplo, uma funcionalidade de registro tradicional que adiciona dados para a vinculação de documentos, os dissemina e os mantém com a inclusão de dados sobre a destinação (capturar vestígio como documento);
- Terceira dimensão – Organizar: sistema que envolve a construção, rememoração e disseminação da memória institucional (organizar o documento-como-memória);
- Quarta dimensão – Pluralizar: sistema de construção, rememoração e disseminação da memória coletiva – social, cultural e histórica –, incluindo informação sobre o tipo necessário para um sistema de informação arquivística (pluralizar a memória).

Quanto à elucidação das limitações impostas à gestão de documentos digitais pelo ciclo vital dos documentos, utilizaremos a análise de McKemmish (2001), o qual estabelece que a teoria australiana, baseada no *continuum*, passou a rejeitar, conscientemente, a visão de ciclo vital dos documentos que dominou a arquivologia norte-americana durante o século XX. Já Cook (2000), salienta que o *records continuum* consiste no modelo para arquivos mais inclusivo do mundo, visto que contempla evidência e memória no mesmo eixo, dois lados inquietos da “moeda arquivística”.

O estudo da chinesa Xiaomi An (2003) sobre o modelo *records continuum* está estritamente vinculado à sua comparação com o conceito de ciclo vital dos documentos. Para a autora, as vantagens do *records continuum* sobre o ciclo vital são ainda mais sobrelevadas no âmbito da gestão de documentos digitais. O fato de o *continuum* integrar a gestão de *records* e *archives* fornece uma abordagem capaz de conectar o passado ao presente e o presente ao futuro. Essa abordagem integrada pode facilitar a proveniência, garantir o *accountability*, constituir memória, construir identidade e fornecer uma importante fonte de informações valiosas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Asseveramos que os principais aspectos do conceito de ciclo vital diferem das possibilidades proporcionadas pelo documento arquivístico digital, ou seja, o fato de o ciclo vital apregoar a gestão ao longo de estágios ou fases distintas, com procedimentos e atividades específicos para cada fase e a execução desses, geralmente, por profissionais distintos, limita as vantagens do uso do documento digital. As numerosas possibilidades proporcionadas

pelos documentos digitais, sobretudo pelo seu caráter virtual, passaram a exigir uma gestão integrada, em que o conjunto de ações tomadas sobre os documentos não fossem limitadas a um único espaço ou tempo determinados. Cabe aqui ressaltarmos que debates acerca da defesa de uma integração entre as atividades da gestão de documentos – principalmente no que diz respeito aos documentos de caráter administrativo e histórico – não tiveram como fatores impulsionadores, exclusivamente, o aparecimento dos documentos digitais. Questões, advindas do distanciamento dos profissionais *records managers* e *archivists*, das dificuldades de aplicação estrita do conceito de *record group* e do aparecimento de leis de acesso à informação, podem ser aludidas como amostras.

Ao tratar das possíveis limitações impostas pelo conceito de ciclo vital, verificamos que há uma convergência de posições dos teóricos da área que sinalizam para a necessidade de uma readaptação. Mesmo os teóricos que defendem a aplicabilidade do ciclo vital dos documentos à gestão de documentos digitais, como Luciana Duranti e Heather MacNeil, sugerem uma alteração na quantidade de fases e uma maior integração entre estas. Grande parte dos estudos analisados entende que o ciclo vital se tornou inadequado para lidar com a realidade digital. As principais limitações estão relacionadas à estrita delimitação dos procedimentos e operações técnicas dentro de cada fase, o que ocasiona, conseqüentemente, um distanciamento entre os profissionais que atuam nas etapas. As possibilidades de os documentos digitais estarem em vários locais e tempos permitem que as fases ocorram simultaneamente, não exigindo um cumprimento sistemático e sucessivo.

Como forma de minimizar tais restrições, recorreremos ao modelo australiano *records continuum*. Verificamos que as perspectivas propiciadas pelo modelo vão muito além do que um simples contraponto ao ciclo vital, isto é, não se trata apenas de um modelo proposto com o intuito de substituí-lo. Isso significa que o *records continuum* não consiste apenas em um modelo teórico, e muito menos em uma metodologia para a implementação de um programa eficiente de gestão integrada de documentos. Conforme proposto por Frank Upward, o *continuum* consiste em uma *worldview*; utilizando-nos de tradução livre, podemos compreendê-lo como uma “visão de mundo” ou um ponto de vista mais amplo. Assim, constatamos que, dentre as diversas perspectivas proporcionadas pelo modelo, uma delas é a solução para os problemas ocasionados pelas limitações do ciclo vital ante a realidade digital.

O modelo teórico proposto por Frank Upward busca sintetizar essas perspectivas e representá-las graficamente por meio de um diagrama de círculos concêntricos interceptados por eixos. Por se tratar de um modelo espaço-temporal – diferente de um modelo linear e por seguinte diacrônico, como o ciclo vital dos documentos, os documentos estão em um constante processo de devir, isto é, podem atender a diferentes propósitos ao mesmo tempo. Acreditamos que essa característica seja a que mais distingue o *records continuum* dos outros modelos que propõem a integração das fases do ciclo vital, como a abordagem canadense conhecida como Arquivística Integrada.

Interpretar o *records continuum* de acordo com o que estamos condicionados, uma leitura linear, impossibilita o entendimento dessas múltiplas finalidades. A partir da leitura linear, subentendemos que os documentos percorrem as dimensões gradualmente: associação

com outros documentos, ganho crescente de evidência, participação no cumprimento da missão institucional e posicionamento cada vez mais amplo na estrutura organizacional.

Compreendemos a visão fornecida pelo *records continuum* como fundamental para a elucidação das limitações impostas pelo ciclo vital dos documentos. As possibilidades fornecidas pelos documentos arquivísticos digitais são incomensuráveis e quaisquer fatores restritivos, no nosso entendimento, não permitirão que seu usufruto seja integral. O caráter espaço-temporal do *continuum* rompe com a linearidade e o engessamento impostos pelas fases do ciclo vital. No Brasil, embora reconheçamos que a atuação do profissional arquivista acontece sobre todo o ciclo vital dos documentos, ao contrário do que ocorria ou ocorre em outros países, parece-nos que tal fato não garante uma gestão integrada, posto que o distanciamento entre espaços e tempos é avigorado pela separação em estágios subsiste.

Referências bibliográficas

AN, Xiaomi. An integrated approach to records management. *Information Management Journal*, Overland Park, v. 37, p. 24-30, jul.-ago. 2003.

ATHERTON, Jay. From life cycle to continuum: some thoughts on the records management-archives relationship. *Archivaria*, Ottawa, n. 18, p. 43-51, 1985.

BANTIN, Philip C. Strategies for managing electronic records: a new archival paradigm? An affirmation of our archival traditions? *Archival issues: Journal of the Midwest Archives Conference*, v. 23, n. 1, p. 17-34, 1998.

BEARMAN, David. Managing the record continuum. *Archives and Museum Informatics*, Silver Spring, v. 10, n. 2, p. 133-136, 1996.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. A especificidade da informação arquivística. *Contracampo*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 21-29, 1998.

CAYA, Marcel. La théorie des trois âges en archivistique. En avons-nous toujours besoin? 2004. Disponível em: <<http://elec.enc.sorbonne.fr/conferences/caya>>. Acesso em: 24 dez. 2015.

CHELL, Robet W.; YUSOF, Zawiyah M. The records life cycle: an inadequate concept for technology-generated records. *Information Development*, Nova York, v. 16, n. 3, set. 2000.

COOK, Terry. Beyond the screen: the records continuum and archival cultural heritage. Australian Society of Archivists Conference – Beyond the screen: capturing corporate and social memory. *Papers...* Melbourne, 2000. p. 8-21.

COSTA FILHO, Cássio Murilo Alves. *Possíveis limitações do ciclo vital dos documentos ante o Pós-Custodialismo: o modelo australiano records continuum como instrumento de elucidação*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, 2016.

COUTURE, Carol. Arquivologia, os arquivistas e os arquivos no Canadá. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 147-163, nov. 2015.

CRUZ MUNDET, José Ramon. Principios, términos y conceptos fundamentales. In: CRUZ MUNDET, José Ramon (org.). *Administración de documentos y archivos: textos fundamentales*. Madrid: Coordinadora de Asociaciones de Archiveros, 2011.

DINGWALL, Glenn. Life cycle and continuum: a view of recordkeeping models from the postwar era. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (ed.). *Currents of archival thinking*. Santa Barbara: Libraries Unlimited, ABC-Clio, 2010. p. 139-161.

DOLLAR, Charles M. Archivists and records managers in the information age. *Archivaria*, Ottawa, n. 36, p. 37-52, 1993.

HEREDIA HERRERA, Antonia. *Manual de archivística básica: gestión y sistemas*. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2013.

JARDIM, José Maria. A pesquisa em arquivologia: um cenário em construção. In: VALENTIM, Marta Lúcia Pomim (org.). *Estudos avançados em arquivologia*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 135-154.

KLUMPENHOUWER, Robert. *Concepts of value in the archival appraisal literature: an historical and critical analysis*. Thesis (Master of Archival Studies) – University of British Columbia, Vancouver, 1988.

LOPES, Luís Carlos. *A nova arquivística na modernização administrativa*. 2. ed. Brasília: Projeto Editorial, 2009.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. *Interlocuções entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, 2011.

MCKEMMISH, Sue. Placing records continuum theory and practice. *Archives & Museum Informatics*, Toronto, v. 1, n. 4, p. 333-359, 2001.

RIBEIRO, Fernanda. Da rquivologia técnica a rquivologia científica: a mudança de paradigma. *Revista da Faculdade de Letras – Ciência e Técnicas do Patrimônio*, Porto, v. 1, 1 série, p. 97-110, 2002.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. (Nova Enciclopédia, 56).

SANTOS, Vanderlei Batista dos. *A teoria arquivística a partir de 1898: em busca da consolidação, da reafirmação e da atualização de seus fundamentos*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, 2011.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. *Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, 2012.

UPWARD, Frank. Structuring the Records Continuum – part one: Postcustodial principles and properties. *Archives and Manuscripts*, Sydney, v. 24, n. 2, pt. 1, p. 268-285, 1996.

_____. Structuring the Records Continuum – part two: Structuration theory and record-keeping. *Archives and Manuscripts*, Sydney, v. 25, n. 1, pt. 2, p. 10-35, 1997.

Recebido em 5/5/2016
Aprovado em 13/9/2016